

Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz



Fase 3 | Versão para Discussão Pública

Volume IV – Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1. COMO SE ORGANIZA O RESUMO NÃO TÉCNICO?.....	5
2. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?.....	6
3. COMO SE PROCESSA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?	8
4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL E A EVOLUÇÃO PREVISTA NA AUSÊNCIA DO PLANO?.....	9
5. QUAIS OS EFEITOS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES?.....	12
6. QUAIS AS RAZÕES QUE JUSTIFICAM AS ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS?	14
7. COMO É MONITORIZADA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?.....	15
8. QUAIS AS CONCLUSÕES FINAIS?	17

INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz
Referência do Projeto	P032
Descrição do Documento	Volume IV – Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica
Fase	3
Versão	Discussão Pública
Referência do Ficheiro	P032_PDM_F2_PP plano_VOL_IV_RNT_a.docx
N.º de Páginas	17
Autores	Ana Rita Marina (Geógrafa) Francisca Gusmão (Geógrafa) Francisco Silva (Biólogo) Margarida Silva (Bióloga)
Outras Contribuições	
Diretor de Projeto	Romana Rocha
Data	15 de janeiro de 2026

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Fase	Data	Descrição



1. COMO SE ORGANIZA O RESUMO NÃO TÉCNICO?

No presente Resumo Não Técnico pretende-se apresentar sinteticamente o processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz.

A legislação em vigor determina que os Planos Diretores Municipais sejam acompanhados por um Relatório Ambiental que identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

O presente documento organiza-se da seguinte forma:

- No capítulo 2, é apresentado o objeto de avaliação, ou seja a Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- No capítulo 3, é apresentada a forma como se processa a avaliação ambiental estratégica, indicando os temas fundamentais para a decisão ou fatores críticos de decisão.
- No capítulo 4, é sintetizada a primeira etapa da avaliação ambiental considerando os temas fundamentais identificados, e que consiste na caracterização da situação atual e evolução esperada na ausência da Revisão do Plano Diretor Municipal.
- No capítulo 5, procede-se à identificação dos efeitos decorrentes da implementação do plano, e consequentes recomendações, considerando os temas fundamentais identificados.
- No capítulo 6, são apresentadas as razões que justificaram as alternativas escolhidas.
- No capítulo 7, é apresentada a monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica.
- No capítulo 8, são apresentadas as conclusões finais.

2. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O objeto da Avaliação Ambiental Estratégica é a Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz, processo que foi iniciado em 2014, e retomado em 2019.

A Avaliação Ambiental Estratégica foi desenvolvida de forma articulada com a elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal, com o objetivo de facilitar a sua formulação e contribuir para a integração das considerações de natureza ambiental e a prossecução de objetivos de sustentabilidade.

A análise integrada da caracterização sectorial e conseqüente diagnóstico do concelho (elaborados na Fase 1, etapas A e B da Revisão do Plano Diretor Municipal) e do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional, conjuntamente com as políticas sectoriais com incidência local, sustentam a definição dos Objetivos Estratégicos.

Os Objetivos Estratégicos (OE) definidos para a Revisão do PDM são os seguintes:

- OE 1 - Equacionar uma política de ordenamento do território, integrada, contemplando a convergência entre outras, da política urbana, do ordenamento do concelho no âmbito florestal e do ordenamento agrícola;
- OE 2 - Atender e responder de forma duradoira e prospetiva aos grandes desafios de âmbito ambiental, em particular a salvaguarda da biodiversidade e dos contextos naturais com particular relevância para a sua relação direta com as novas abordagens turísticas (praia fluvial e equipamentos instalados em conjuntura rural), a paisagem e os fatores de permanência da população neste contexto;
- OE 3 - Atender a um quadro reformista equacionando as novas grandes infraestruturas e as suas conseqüências sobre o território, quer de âmbito da importante atividade agrícola do concelho (por exemplo o novo bloco de rega), quer quanto às infraestruturas rodoviárias, com relevância para a finalização do IP2, e ferroviárias com destaque para a ligação Sines – Caia e as plataformas logísticas associadas;
- OE 4 - Afirmar a Cidade de Reguengos de Monsaraz, como o grande catalisador de investimentos e mobilizador de uma centralidade regional. Para o efeito será determinante assegurar um conceito de cidade – capital sub-regional, polarizando infraestruturas com esta ambição de carácter cultural, de engrandecimento do Parque Habitacional, de políticas de Equipamentos, e de uma efetiva requalificação urbana (quer dos tecidos urbanos do séc. XX quer do resgate de áreas particularmente relevantes do séc. XVIII e XIX como o largo de Sto António e envolvente próxima) quer ainda das infraestruturas viárias – em particular a circular norte, quer ainda, por exemplo, uma política sinalizadora e proativa sobre a redefinição do perímetro urbano versus o povoamento disperso periurbano;
- OE 5 - Estabelecer como ativo, quer ao nível do ordenamento geral do concelho quer de per si enquanto valor específico – uma política de desenvolvimento dos núcleos rurais dispersos, invertendo o seu definhamento no sentido de protagonizarem uma resposta concreta a uma procura diferenciada quer como destino de novos habitantes (em modalidades diferenciadas) quer de atividade económicas de inspiração local;



- OE 6 - Garantir um abordagem holística face ao património, tendo particular relevância a presença e escala do megalitismo, da paisagem e da genuinidade e carácter dos aglomerados rurais com destaque para Monsaraz que forçosamente requer e constituirá de per si um posicionamento estratégico para o concelho face aos desafios da crescente mobilização turística com efeito redutor, quer quanto à sua relevância única de escala supramunicipal e valor sociocultural para o concelho.
- OE 7 - Valorizar o potencial turístico do município de Reguengos de Monsaraz, através dos valores associados à Olaria de São Pedro do Corval, à história do Megalitismo, ao astroturismo, ao cante alentejano, à paisagem e à natureza e ao lago do Alqueva, promovendo a atratividade turística do território concelhio como um todo, relativamente à polarização de Monsaraz;
- OE 8 - Afirmar a capacidade polarizadora do município para a instalação de atividades económicas ligadas à agricultura, à indústria e ao agronegócio, juntamente com a relevância da olaria de São Pedro do Corval.

A definição do Modelo Global de Ordenamento, que foi transposto para a Planta de Ordenamento, foi fortemente condicionada pela particularidade do município se encontrar abrangido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000, pelo Bloco de Rega de Reguengos de Monsaraz, e pelos valores patrimoniais e paisagísticos, e obedece aos seguintes três critérios fundamentais:

- Respeitar as atividades que constituem a base económica do concelho, quer as atuais quer as atividades emergentes em função de novos fatores estratégicos, dando especial destaque às atividades tradicionais que complementam e diversificam a estrutura económica municipal.
- Promover uma estrutura urbana equilibrada e qualificada que garanta o bem-estar social e a qualidade de vida de população, criando condições de atracção populacional e crescimento sustentado.
- Preservar os valores naturais e ambientais fundamentais para o desenvolvimento sustentável do concelho, num quadro de equilíbrio entre a ocupação humana, a utilização dos recursos e o desenvolvimento das atividades económicas.

Face ao exposto, foram identificadas, no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, as seguintes Questões Estratégicas da Revisão do Plano Diretor Municipal:

- QE 1 - Promoção de uma política urbana e social, que conduza a uma **melhoria da qualidade de vida da população residente** e contribua para um **fortalecimento da atratividade populacional do concelho**.
- QE 2 - Valorização da Marca Reguengos de Monsaraz, apoiada nos valores endógenos, como alavanca para um **crescimento económico** vigoroso e sustentável.
- QE 3 - Integração competitiva do concelho de Reguengos de Monsaraz no **sistema de regadio** associado ao EMFA.
- QE 4 - **Requalificação do Património Construído e Valorização do Património Cultural** entendido em sentido lato.
- QE 5 - **Salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos** do concelho, importantes atributos de atracção turística do concelho.

3. COMO SE PROCESSA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

No âmbito da avaliação ambiental estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz foram propostos os seguintes Temas Fundamentais para a Decisão ou Fatores Críticos de Decisão:

- **Conservação da Natureza e Biodiversidade** - visa avaliar a forma como a Revisão do Plano Diretor Municipal responde aos objetivos estratégicos da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, considerando conjuntamente a preservação da flora RELAPE, a preservação da vegetação com interesse para conservação, a conservação das populações das espécies com estatuto de ameaça e/ou legalmente protegidas, e a manutenção da integridade da Zona de Proteção Especial.
- **Preservação da Qualidade Ambiental e Prevenção de Riscos** - visa avaliar a forma como a Revisão do Plano Diretor Municipal responde aos objetivos de sustentabilidade ambiental, incidindo particularmente nos critérios associados à qualidade da água (superficial e subterrânea) e resíduos urbanos, ruído, mas também no que respeita as alterações climáticas e os riscos naturais e tecnológicos.
- **Atratividade Económica** - pretende avaliar em que medida as propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal contribuem para a criação de condições que contribuam para a afirmação da marca Reguengos - Capital de Vinhos de Portugal, destacando-se a produção vinícola, em articulação com a oferta turística, de recreio e lazer, sem obviar a oferta de Espaços de Atividades Económicas e infraestruturas de Apoio.
- **Valorização da Identidade Territorial** - visa avaliar os efeitos da Revisão do Plano Diretor Municipal na manutenção de elementos estruturantes da imagem e identidade municipais, designadamente no que concerne ao património, paisagem e núcleos populacionais tradicionais. Pretende-se assim verificar de que forma o Plano Diretor Municipal contribui para a conservação das tipologias edificadas características, assim como do seu património cultural e paisagístico.

Estes Temas Fundamentais para a Decisão (e respetivos objetivos) serão utilizados para balizar a avaliação ambiental, procedendo-se à identificação dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação atual e evolução prevista na ausência de Plano e identificação de problemas ambientais. É de notar que os temas fundamentais para a decisão ou Fatores Críticos de Decisão não pretendem descrever de forma exaustiva a situação atual e tendencial, mas sim destacar os aspetos críticos relevantes para o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica, que permitam avaliar a sustentabilidade das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz, contribuindo para a tomada de decisão.
- Abordagem dos efeitos decorrentes da implementação do plano, que é efetuada através da análise das oportunidades e dos riscos decorrentes da Revisão do Plano Diretor Municipal, avaliando os potenciais efeitos decorrentes da implementação da estratégia. É apresentada a proposta de medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos no ambiente, ou seja recomendação de um conjunto de medidas para a concretização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz que se articulam com as orientações decorrentes da avaliação ambiental estratégica.



4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL E A EVOLUÇÃO PREVISTA NA AUSÊNCIA DO PLANO?

Conservação da Natureza e Biodiversidade

O território do concelho de Reguengos de Monsaraz está desde há muito sujeito a uma forte ação antrópica, facto que se traduz no coberto vegetal, principalmente pela quase ausência de vegetação natural. No entanto, algumas das formações vegetais mantidas pelo Homem têm interesse para conservação, nomeadamente área atual de azinhal, sobreiral, zambujal, montado, matos e faixas ripícolas. Assim, a ocupação atual do solo do concelho de Reguengos de Monsaraz é constituída maioritariamente por áreas exclusivamente agrícolas e por montados, com uma ocupação secundária de floresta; surgem ainda áreas construídas e planos de água artificiais.

Por outro lado, na área deste concelho ocorrem ainda algumas espécies de flora protegida bem como a única população em Portugal de *Digitalis mariana* subsp. *heywoodii*, táxone endémico da Península Ibérica, sem estatuto legal de proteção mas de distribuição globalmente restrita e muito restrita em Portugal. Foram identificadas 47 ocorrências conhecidas em granodioritos do maciço eruptivo de Reguengos, mas não se assinala à data a realização de quaisquer ações de divulgação e sensibilização da população para a preservação da flora rara do concelho.

No que respeita à fauna, o território do concelho suporta populações bastante diversificadas de todos os grupos faunísticos, sendo que em todos eles se incluem espécies com estatuto de ameaça e/ou legalmente protegidas. De realçar o grupo das aves por apresentar uma diversidade elevada e incluir diversas espécies com estatuto de ameaça em Portugal. A área de montado de azinho/azinhal, de culturas arvenses de sequeiro e de galerias ripícolas constitui a área dos biótopos preferenciais das espécies com estatuto de ameaça e/ou legalmente protegidas disponível.

De referir também que o território do concelho de Reguengos de Monsaraz inclui uma Zona de Proteção Especial, a ZPE de Reguengos (PTZPE0056) e uma Zona Importante para as Aves, a IBA Reguengos de Monsaraz, cujos limites se sobrepõem parcialmente.

A classificação destas duas áreas deve-se essencialmente à presença de importantes comunidades de aves características dos ambientes estepários nomeadamente o sisão *Tetrax tetrax*, que tem aqui populações reprodutoras com uma densidade média-alta (ICNF, ficha de caracterização), e à presença de um largo conjunto de espécies inseridas no anexo I da Diretiva Aves (CEE-79/409), que corresponde ao anexo AI do D.L. nº 140/99, conforme a sua redação atual.

Preservação da Qualidade Ambiental e Prevenção de Riscos

Segundo dados do INE os sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais no concelho abrangem a totalidade dos alojamentos familiares clássicos, evidenciando um reforço da infraestruturação no concelho desde 2011 (quando se situava nos 93% em ambas situações). A implementação das medidas previstas no PGRH deve conduzir a uma melhoria da qualidade de água.

O consumo doméstico de energia elétrica no município é de 1.529 kWh/hab em 2019, sendo possível verificar um aumento de mais de 6%, face a 2011, estando acima da média de 1.493

kWh/hab do Alentejo Central. Esta tendência de aumento de consumo energético apresenta-se portanto alheia às preocupações relativas às Alterações Climáticas.

O concelho dispõe de Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) que procede à inventariação dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, apontando os movimentos de massa em vertentes como risco modelado, de gravidade moderada. Este risco, que constitui uma tipologia da nova REN, apresenta uma elevada suscetibilidade em apenas de 3% do concelho, face aos 93% que se encontram em áreas de suscetibilidade nula.

O PMEPC identifica apenas uma pequena área com elevada suscetibilidade de cheias e/ou inundações, com cerca de 4,8 h, que corresponde à extremidade da Ribeira do Álamo que liga à albufeira da barragem do Alqueva. Os únicos elementos expostos são a ponte sobre a EN256 e os campos agrícolas próximos. Mas encontra-se classificado como suscetível à desertificação.

Atratividade Económica

O Concelho exibe um importante crescimento empresarial no contexto regional, mas a falta de disponibilização de espaços de atividades económicas e das infraestruturas adequadas poderá justificar a perda de alguns investimentos para outros concelhos.

Destaque para a presença do maior centro oleiro de Portugal, na localidade de São Pedro do Corval, com a implementação de 25 olarias familiares e/ou unifamiliares. Estas apresentam-se como sendo de elevado património cultural e um vetor fundamental da dinamização económica da freguesia em que se encontram, bem como da totalidade do concelho.

Destaque também para a produção de vinho, identificando-se 9 adegas/destilarias que podem ser visitadas no município de Reguengos de Monsaraz, entre as quais a CAERMIM – maior adega cooperativa do País. Em 2018 a área de vinha no concelho de Reguengos de Monsaraz correspondia a 4 394 ha. Comparando com o ano de 2010, houve um crescimento de cerca de 14% da área de vinha no município, ligeiramente superior ao crescimento registado no Alentejo Central.

Por fim, perspetiva-se a possibilidade de desenvolvimento turístico derivado do aumento que se tem sentido a nível internacional no que se refere ao desenvolvimento de atividades associadas ao turismo em espaço rural, sendo o crescimento turístico do concelho é beneficiado pela sua posição geográfica (proximidade a Évora) e pelo aproveitamento da albufeira do Alqueva.

Valorização da Identidade Territorial

A tendência de perda demográfica, associada ao parque habitacional já sobredimensionado, determina o aumento de alojamentos vagos, com reflexo em termos do estado de conservação dos edifícios. Espera-se que a operacionalização das ARU contribua de forma significativa para a reabilitação urbana do município de Reguengos de Monsaraz. Atualmente existem 4 Áreas de Reabilitação no concelho de Reguengos de Monsaraz que perfazem um total de 201 ha, são elas: ARU de Campinho (25 ha, que corresponde a 60% da aldeia), ARU de Reguengos de Monsaraz (127 ha), ARU de São Marcos do Campo (19 ha) e ARU de São Pedro do Corval (30 ha, que corresponde a 40% da aldeia).

O concelho de Reguengos de Monsaraz dispõe de uma história riquíssima, cimentada num vasto património arqueológico e edificado. No entanto uma percentagem reduzida deste património possui condições adequadas para serem visitáveis e integrarem roteiros/circuitos educativos e turísticos.

De acordo com o Património Cultural, I.P. existem 390 sítios arqueológicos no concelho, destacando-se, entre outros, os espaços sepulcrais e os marcos simbólicos e sagrados que definem



a paisagem: monumentos megalíticos (antas ou dólmenes e menires) e gravuras rupestres, manifestações materiais de um processo de demarcação simbólica da paisagem. Está em curso a elaboração da Carta Arqueológica de Reguengos de Monsaraz, que irá contribuir para o conhecimento de novos sítios e para a caracterização dos já identificados anteriormente.

Apesar do território concelhio apresentar, genericamente, características bastante heterógenas no que se refere a elementos paisagísticos, é possível destacar alguns elementos de importante valor paisagístico no concelho como o vale da ribeira de Azevél, elementos agrícolas com as grandes áreas agrícola características de Reguengos de Monsaraz, como o Olival da Pega, elementos patrimoniais, como o conjunto da vila e castelo de Monsaraz e elementos edificados, caso da barragem do Alqueva.

Como elementos de valor paisagístico negativo é possível identificar uma pedreira desativada a nascente de Reguengos de Monsaraz, o empreendimento areias e cebolinho, onde foi feita extração de inertes e depois abandonadas e alguns núcleos de casas sem condições de habitabilidade.

Através do projeto Biografia da Paisagem foram identificados nove percursos pedestres que compreendem um total de 243 km.

Este projeto consiste numa rede de percursos que abrange todo o território do Município de Reguengos de Monsaraz e que integra todos os aglomerados urbanos. Visa valorizar e promover este território que, por excelência é rural e, paralelamente, fomentar um turismo sustentado assente nos costumes e tradições dos locais integrando-os desta forma na dinâmica do território. São portanto o instrumento eficaz na oferta do património cultural, nomeadamente no que se refere ao património paisagístico, histórico, arquitetónico e social.

5. QUAIS OS EFEITOS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES?

A análise efetuada ao nível dos temas fundamentais para a decisão evidencia que a Revisão do Plano Diretor Municipal conduzirá à proteção e racionalização na utilização dos recursos, ao mesmo tempo que enquadra o desenvolvimento de um conjunto de atividades, como exposto de seguida:

Conservação da Natureza e Biodiversidade

No contexto da criação de uma área protegida de âmbito local destinada à preservação da *Digitalis mariana subsp. heywoodii*, e da promoção da ZPE como local de visitação, deve verificar-se a atração de públicos interessados na conservação da natureza, o que será acompanhado pela realização de ações de divulgação e sensibilização da população.

Por outro lado, a concretização dos objetivos de manutenção da integridade da ZPE de Reguengos de Monsaraz e, conseqüentemente, da conservação das populações das espécies com estatuto de ameaça e/ou legalmente protegidas, dependerá do apoio institucional aos agricultores na procura de apoios financeiros para a manutenção de atividades agrícolas extensivas.

Preservação da Qualidade Ambiental e Prevenção de Riscos

A Revisão do PDM permite integrar no seu regulamento um conjunto de medidas com vista a salvaguardar o controlo das descargas e o tratamento de efluentes. Assim, a edificação em solo rústico, que se apresenta de carácter excepcional, obriga a que o abastecimento de água e a drenagem de esgotos sejam assegurados por sistema autónomo ou através da extensão das redes públicas (quando autorizada), em ambos casos suportado pelos proprietários. E a redelimitação dos perímetros urbanos responde a uma lógica de contenção urbana e atende à dotação de infraestruturas de abastecimento e saneamento

Mas, apesar do esforço de contenção urbana, o desenvolvimento da agricultura e pecuária constituem também pressões significativas sobre os recursos hídricos. Interessa garantir o acompanhamento da implementação das medidas do PGRH e o desenvolvimento de novas infraestruturas de saneamento, para proporcionar a cobertura de todo o concelho, e ainda, aumentar a eficiência das infraestruturas já existentes.

No que respeita o processo de recolha e tratamento dos resíduos urbanos, não se identifica um contributo direto do processo de Revisão do PDM, propondo-se a otimização da recolha seletiva de resíduos e ações de sensibilização da população para a redução da produção, a reciclagem e a reutilização de resíduos.

Quanto ao ruído, verifica-se que no perímetro urbano de Reguengos de Monsaraz é proposta uma via circular a equacionar, que servirá para desviar o atravessamento, por transporte de pesados, da cidade de Reguengos de Monsaraz, e contribuir para uma redução do ruído no perímetro urbano.

Por outro lado, o Regulamento do PDM determina a obrigatoriedade de desenvolvimento de estudo específico e pormenorizado, com acompanhamento/ aprovação pela Infraestruturas de Portugal, S.A., no caso de qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na Rede Rodoviária Nacional ou Estradas Regionais sob a sua jurisdição.

A identificação e cartografia dos riscos naturais e tecnológicos no concelho de Reguengos de Monsaraz é efetuada através da elaboração da Planta de Riscos e respetiva análise, permitindo prevenir e/ou mitigar as perdas associadas a um conjunto de riscos naturais e tecnológicos. Por outro lado, a Revisão do PDM procede a uma nova delimitação da Reserva Ecológica Nacional.



Face a inexistência de uma Estratégica Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, propõe-se o desenvolvimento deste instrumento.

Atratividade Económica

A estratégia da Revisão do PDM visa a qualificação e diversificação do turismo, apoiando-se no crescimento do turismo sustentado em Turismo em espaço rural e no potencial para fortalecer a oferta turística do Alentejo no mercado espanhol.

Simultaneamente verifica-se a afirmação do enoturismo no concelho associado à forte cultura vitivinícola do concelho que detém o título de capital dos vinhos de Portugal.

Importa assegurar a preservação das áreas de vinha e promover parcerias com a iniciativa privada para a implementação, gestão e manutenção dos projetos associados ao turismo, tirando partido dos equipamentos existentes.

No que respeita os Espaços de Atividades Económicas e Infraestruturas de Apoio, a Revisão do Plano Diretor Municipal constitui uma oportunidade de requalificação do ordenamento e otimização dos espaços dedicados à atividade económica, e promove o aumento das áreas dos Espaços de Atividade Económicas para expansão. Mas a promoção do desenvolvimento industrial poderá ter repercussões associadas à impermeabilização do solo e aos riscos de contaminação associados às atividades industriais.

Valorização da Identidade Territorial

Neste tema foram avaliados os efeitos da Revisão do Plano Diretor Municipal sobre a Requalificação Urbana, Património e Paisagem.

Assim, verifica-se que a Revisão do PDM procede à delimitação dos perímetros urbanos numa lógica de contenção urbana, e propõe um conjunto de novas UOPG, cuja concretização obedece a objetivos variados e adaptados às necessidades de cada território, contribuindo para a requalificação urbana.

Quanto aos valores patrimoniais, verifica-se uma abordagem abrangente por parte do Plano Diretor Municipal e a articulação com a Carta Arqueológica em elaboração.

Por fim, quanto aos valores paisagísticos, verifica-se que são considerados na classificação do solo rústico e urbano, e em particular na delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, promovendo a sua preservação, através de regulamentação.

6. QUAIS AS RAZÕES QUE JUSTIFICAM AS ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS?

Na elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica foram considerados três cenários alternativos, em que:

- O primeiro consiste na evolução na ausência de Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz, no âmbito do qual foram identificados um conjunto de problemas ambientais, tal como descrita no ponto 4.
- O segundo corresponde ao cenário escolhido, ou seja às propostas que integram a Revisão do Plano Diretor Municipal, e para o qual, tal como descrito no ponto 5, forem identificadas maioritariamente oportunidades. Nas situações em que foram identificados riscos, foram propostas medidas de planeamento e gestão.
- Um terceiro cenário, correspondente à elaboração de um modelo de ordenamento alternativo, que foi sendo trabalhado ao longo da elaboração da Proposta de Plano, mas que foi preterido em benefício do Cenário 2. Esse modelo de ordenamento alternativo apresentava uma maior dimensão do solo urbano (abrangendo as antigas áreas urbanizáveis), não integrava a proposta de Espaços Culturais nem previa a elaboração de um Plano de Pormenor para Monsaraz.

Neste contexto, a evolução prevista associada à Revisão do Plano Diretor Municipal, ao contrário do que se verifica nos outros cenários, irá contribuir de modo evidente à concretização dos objetivos de sustentabilidade definidos no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, em particular aqueles associados aos critérios de turismo, recreio e lazer, requalificação urbana.



7. COMO É MONITORIZADA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica é consubstanciada por um conjunto de medidas de controlo, que têm por fim identificar e corrigir atempadamente efeitos negativos que possam ocorrer no período de implementação do Plano Diretor Municipal.

Estas medidas de controlo correspondem a indicadores do sistema de monitorização da implementação, organizados em função dos temas fundamentais para a decisão, tal como são apresentados no Quadro seguinte.

Quadro 7.1 | Medidas de controlo relativas à Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Medidas de Planeamento e Gestão		
	Indicadores	Prioridade de intervenção	Incorporação na Revisão do PDM
FCD 1 – Conservação da Natureza e Biodiversidade	Criação de uma Área Protegida de Âmbito Municipal	Longo prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento
	Realização de ações de divulgação e sensibilização da população	Longo prazo	Ações pontuais de promoção camarária, associadas à implementação do PDM
	Promoção do concelho como local de visitação	Longo prazo	Ações pontuais de promoção camarária, associadas à implementação do PDM
	Apoio institucional aos agricultores na procura de apoios financeiros para a manutenção de atividades agrícolas extensivas	Longo prazo	Ações pontuais de promoção camarária, associadas à implementação do PDM
	Promoção da ZPE como local de visitação	Longo prazo	Ações pontuais de promoção camarária, associadas à implementação do PDM
FCD 2 - Preservação da Qualidade Ambiental e Prevenção de Riscos	Garantir o acompanhamento da implementação das medidas do PGRH e o desenvolvimento de novas infraestruturas de saneamento, para proporcionar a cobertura de todo o concelho, e ainda, aumentar a eficiência das infraestruturas já existentes.	Curto Prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento
	Otimização da recolha seletiva de resíduos.	Curto Prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento
	Ações de sensibilização da população para a redução da produção, a reciclagem e a reutilização de resíduos.	Longo prazo	Ações pontuais de promoção camarária, associadas à implementação do PDM
	Controlo dos níveis sonoros e da implantação de novos recetores sensíveis.	Curto Prazo	Mapa de Ruído e Planta de Ordenamento - Zonamento Acústico
	Desenvolvimento de estudos para a criação de novas ligações viárias a aprovar pela Infraestruturas de Portugal, S.A.	Curto Prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento

FCD	Medidas de Planeamento e Gestão		
	Indicadores	Prioridade de intervenção	Incorporação na Revisão do PDM
	Desenvolvimento de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.	Curto Prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento
	A identificação e cartografia dos riscos naturais e tecnológicos no concelho de Reguengos de Monsaraz permite prevenir e/ou mitigar as perdas associadas a um conjunto de riscos naturais e tecnológicos, devendo ser incluída a sua regulamentação em sede de Revisão do PDM; apenas nas situações que não se encontrem já previstas no regime da REN e outros condicionantes.	Curto Prazo	Planta de Ordenamento – Salvaguardas e Planta de Riscos
FCD 3 – Atratividade Económica	Preservação das áreas de vinha.	Curto Prazo	Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo
	Promover parcerias com a iniciativa privada para a implementação, gestão e manutenção dos projetos associados ao turismo, tirando partido dos equipamentos existentes.	Longo prazo	Ações pontuais de promoção camarária, associadas à implementação do PDM
	Aumento das áreas dos Espaços de Atividade Económicas para expansão.	Curto Prazo	Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo
FCD 4 – Valorização da Identidade Territorial	Promover a elaboração de Plano de urbanização, Plano de pormenor ou Unidade de execução para a concretização de parte das UOPG propostas.	Médio Prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento
	Viabilizar a concretização dos programas das UOPG, em particular de projetos de requalificação urbana.	Médio Prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento
	Articulação e integração dos elementos da Carta Arqueológica, incluindo eventuais medidas complementares direcionadas para a salvaguarda do património cultural	Curto Prazo	Planta de Ordenamento – Património Cultural Programa de Execução e Plano de Financiamento
	Promover o valor da paisagem concelhia para fins do desenvolvimento turístico do concelho	Curto Prazo	Programa de Execução e Plano de Financiamento



8. QUAIS AS CONCLUSÕES FINAIS?

A avaliação ambiental efetuada revela que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz constitui globalmente uma oportunidade para o desenvolvimento e valorização do município na medida em que contribui para a concretização de um vasto leque de objetivos constantes do enquadramento estratégico nacional e regional.

Em todos os temas fundamentais para a decisão foram identificadas as oportunidades criadas pelas propostas da revisão do Plano Diretor Municipal e estratégia que contribuem para a efetiva concretização das orientações do quadro regulamentar e estratégico nacional e regional, sendo que no que concerne aos riscos são identificadas situações que, se devidamente equacionadas, poderão ser minimizadas e mitigadas.

Neste sentido, é proposto um conjunto de recomendações para seguimento e gestão e de recomendações para o Plano.